



XIV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
3, 4 e 5 de dezembro de 2014.

ISBN: 978-85-68618-00-4

A GESTÃO DA PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE: CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO DE APOIO PEDAGÓGICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Corina Martins Espíndola

Universidade Federal de Santa Catarina
corina_me@hotmail.com

Sandra Regina Carrieri de Souza

Universidade Federal de Santa Catarina
sandra.carrieri@hotmail.com

Julio Eduardo Ornelas Silva

Universidade Federal de Santa Catarina
julio.inpeau@gmail.com

Pedro Antônio de Melo

Universidade Federal de Santa Catarina
pedro.inpeau@gmail.com

Arthur Lemos Pereira

Universidade Federal de Santa Catarina
arthur_tuzzy1@yahoo.com.br

Gabriela Tavares da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina
gabriela.tds@hotmail.com

RESUMO

Este artigo tem por finalidade analisar a gestão do Projeto Apoio Pedagógico para a permanência dos estudantes de escola pública na UFSC, identificando os fatores que influenciaram a sua criação e possibilitaram a cidadania, o empoderamento e a inclusão social. Para a análise, foram realizados estudos da literatura da área e a coleta de dados na instituição, que deu-se por meio de informações sobre a criação do projeto em sites, documentos, relatórios e entrevista. Portanto, este artigo caracteriza-se como um estudo de caso descritivo. Os resultados evidenciaram a viabilidade do Projeto Apoio Pedagógico da UFSC, permitindo que estudantes de graduação tenham maior possibilidade de superar suas dificuldades de aprendizagem do ensino médio e sintam-se mais seguros para os desafios apresentados na sua trajetória acadêmica.

Palavras-chave: Projeto Apoio Pedagógico. Universidade. Permanência. Gestão Estudantil.

THE MANAGEMENT OF PERMANENCE OF STUDENTS IN THE UNIVERSITY: CONTRIBUTIONS OF PROJECT OF SUPPORT PEDAGOGIC OF FEDERAL UNIVERSITY OF SANTA CATARINA

ABSTRACT

This article has the finality to analyze the management of project support pedagogic for the permanence of students in the public school in the UFSC, identifying the factors that influenced his creation and allowed the citizenship, empowerment and the social inclusion. For the analysis it was realized studies of literature of area and the collect of data in the institution, that occurred through information's about creation of project in websites, documents, report and interview. So, this article characterized like a study of case descriptive. The results showed the viability of

support project pedagogic of UFSC, allowing that the students of under graduation have a bigger possibility of overcome their difficulties of learning of high school and feel more safety for challenges showed in your academic way.

KEYWORDS: Pedagogic support project. University. Permanence. Student Management.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo refletir a contribuição do Projeto Apoio Pedagógico, desenvolvido na Universidade Federal de Santa Catarina, para a permanência dos estudantes dos cursos de graduação oriundos de escola pública. Parte-se do princípio de que a universidade é uma instituição social, compreendendo-se que, segundo Búrigo, Espíndola e Souza (2013):

[...] a universidade desde a sua origem, sempre foi uma instituição voltada para a ação social, para a prática social, para o reconhecimento público de sua legitimidade, inseparável da ideia de democracia e socialização do saber, como fruto da conquista da educação e da cultura, como direitos, nos últimos séculos.

A Universidade Federal de Santa Catarina foi criada em 18 de dezembro de 1960, tendo como fundamento legal a Lei nº 3.849, assinada pelo Presidente Juscelino Kubitschek, reunindo as Faculdades de Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia, Filosofia, Ciências Econômicas, Serviço Social e Escola de Engenharia Industrial.

Por meio da Lei nº 2.664, de 20/01/1961, o Governo do Estado autorizou a doação à União, para incorporação à Universidade, dos terrenos do bairro da Trindade. O seu primeiro Reitor, o professor João David Ferreira Lima, tomou posse em 25 de outubro de 1961, assumindo a administração de uma instituição que na data contava com 847 alunos e 49 docentes oriundos das faculdades isoladas, que passaram a integrar a UFSC. A universidade ganhou a dominação de universidade federal pela Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965. Atualmente, a instituição conta com onze centros de ensino e três *campi* (Araranguá, Curitibanos e Joinville), nos quais são desenvolvidos o ensino, a pesquisa e a extensão.

Para o desenvolvimento do estudo, foram utilizados, por meio de pesquisa documental, dados da participação de estudantes oriundos de escolas públicas no Programa de Apoio Pedagógico que puderam ter sua análise fundamentada a partir da definição de categorias, que foram cidadania, empoderamento e inclusão social.

Conforme Araújo (2007, p.46):

A função metodológica das categorias permite a obtenção de novos resultados e o movimento do conhecido ao desconhecido; este processo deve ser submetido à atividade do pensamento, e com a prática, dar materialidade aos princípios do método dialético do conhecimento e da transformação da realidade.

2 CIDADANIA

De acordo com Demo (1996, p.70), “a cidadania é a qualidade social de uma sociedade organizada sob a forma de direitos e deveres majoritariamente reconhecidos”. A cidadania pressupõe o Estado de direito, que parte da igualdade de todos perante a lei e do reconhecimento de que a pessoa humana e a sociedade são detentores inalienáveis de direitos e deveres.

Para Demo (1996), a organização traduz um aspecto importante da competência democrática, por coerência participativa, bem como por estratégia de mobilização e influência. Não se interessar por formas de participação organizada significa uma visão ingênua do processo social, porque, por mais crítica que seja a cidadania individual, não quer dizer que tenha relevância social, como estratégia de transformação.

O termo cidadania origina-se do termo latino, *civitas* que quer dizer cidade e, segundo Silva (1999) seu significado está, historicamente, vinculado ao surgimento das cidades, como espaço organizador da vida dos homens, em duas esferas que estão relacionadas: a pública e a particular, sendo que, é na esfera pública que aparece a necessidade de regulamentação de princípios capazes de universalizar a possibilidade de convivência humana.

Para Santos (1997.p.244):

[...] a cidadania é constituída por diferentes tipos de direitos e instituições; é produto de histórias sociais diferenciadas protagonizadas por grupos sociais diferentes. Os direitos cívicos correspondem ao primeiro momento do desenvolvimento da cidadania; são os mais universais em termos de base social que atingem e apóiam-se nas instituições do direito moderno e do sistema judicial que o aplica. Os direitos políticos são mais tardios e de universalização mais difícil e traduzem-se institucionalmente nos parlamentos, nos sistemas eleitorais e nos sistemas políticos em geral. Por último, os direitos sociais só se desenvolvem no nosso século e, com plenitude, depois da Segunda Guerra Mundial; tem como referência social as classes trabalhadoras

e são aplicados através de múltiplas instituições que, no conjunto, constituem o Estado-Providência.

De acordo com Silva (1999), a cidadania em suas origens, está vinculada ao surgimento da cidade, como espaço organizador da vida humana, em duas esferas intimamente relacionadas: a pública que abrange tudo que é comum a todas as pessoas e, a esfera privada que se refere ao que é particular. A existência da vida pública é que faz emergir a necessidade de regulamentação de princípios capazes de universalizar a possibilidade da convivência humana.

Habermas (2002, p.277) sugere como um modelo de cidadania democrática, aquela que se baseia nas condições de comunicação, sob as quais o processo político supõe-se capaz de alcançar resultados racionais de modo deliberativo. Segundo o autor, a cidadania deliberativa é:

[...] baseada na correlação entre direitos humanos e soberania popular e conseqüentemente reinterpretação da autonomia nos moldes da teoria do diálogo, levando em consideração a pluralidade de formas de comunicação – morais, éticas, pragmáticas e de negociação, em que todas são formas de deliberação, constituem a verdadeira democracia.

Tendo como base o referencial norteador do modelo Igop e Habermas, Tenório (2012, p. 38) considerou o seguinte conceito sobre cidadania deliberativa:

[...] significa que a legitimidade, em linhas gerais, das decisões políticas deve ter origem no processo de discussão, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum.

Para Tenório (2008), a cidadania deliberativa tem como requisitos fundamentais, a participação igualitária, o diálogo e a liberdade de expressão, que conduzem ao empoderamento do cidadão.

3 EMPODERAMENTO

Segundo Schiavo e Moreira (2005) o empoderamento sugere conquista, avanço e superação por parte daquele que empodera-se (sujeito ativo do processo), e não uma simples doação ou transferência por benevolência, como denota o termo inglês *empowerment*, que transforma o sujeito em objeto passivo.

Paulo Freire (1987) define empoderamento como sendo um movimento que ocorre internamente, é a transformação interna capaz de levar a conquista. Para o

autor, empoderar não significa, simplesmente, a construção de habilidades e competências, mas uma educação transformadora.

Já para Schiavo e Moreira (2005), empoderamento implica:

[...] essencialmente, a obtenção de informações adequadas, um processo de reflexão e tomada de consciência quanto a sua condição atual, uma clara formulação das mudanças desejadas e da condição de ser construída. A estas variáveis, deve somar-se uma mudança de atitude que impulse a pessoa, grupo ou instituição para a ação prática, metódica e sistêmica, no sentido dos objetivos e metas traçadas, abandonando-se a antiga postura meramente reativa ou receptiva.

O sujeito, portanto, ao empoderar-se, torna-se capaz de conduzir o seu próprio destino e de tomar decisões com responsabilidade, sendo capaz de incluir-se socialmente, interferindo democraticamente na relação Estado-Sociedade.

4 INCLUSÃO SOCIAL

Para Sassaki (1997), a inclusão social é a forma pela qual a sociedade se prepara para poder incluir a todos os cidadãos, em seus sistemas sociais gerais, e, simultaneamente, essas também se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A sociedade deve entender que ela precisa ser capaz de atender às necessidades de todos, tendo esses como parceiros nos processos de tomada de decisões. A inclusão social é a busca de afirmação de direitos que até então vem sendo negados.

Segundo Bava (2003), a ampliação dos direitos de cidadania, superando a privação de direitos e da desigualdade social, demanda mudanças profundas nas políticas públicas, requerendo, portanto, a ação de atores coletivos que, atuando no espaço público, possa incidir sobre os mecanismos de regulação do Estado e orientar sua ação em defesa do interesse público, da justiça social e da busca da equidade.

De acordo com Cury (2005, p.14) as políticas inclusivas podem ser entendidas como:

[...] estratégias voltadas para a universalização de direitos civis, políticos e sociais. Elas buscam, pela presença interventora do Estado, aproximar os valores formais proclamados no ordenamento jurídico dos valores reais existentes em situações de desigualdade. Elas se voltam para indivíduo e para todos, sustentadas pelo Estado, pelo princípio da igualdade de oportunidades e pela igualdade de todos ante a lei.

Segundo Cury (2005), as políticas inclusivas afirmam-se como estratégias voltadas para focalização de direitos para determinados grupos marcados por uma diferença específica. A situação desses grupos é entendida como socialmente vulnerável, seja devido a uma história explicitamente marcada pela exclusão. Uma das formas mais visíveis dessas políticas pode ser identificada na implementação das cotas como expressão de ações afirmativas.

As Ações Afirmativas, contudo, como política de inclusão, visam corrigir situações de discriminação e desigualdade. Segundo Moehlecke (2002, p.203) a ação afirmativa pode ser considerada uma “ação reparatória/compensatória e/ou preventiva, que busca corrigir uma situação de discriminação e desigualdade”. Assim sendo, as políticas de ação afirmativa visam garantir o princípio da igualdade de oportunidades aos sujeitos historicamente discriminados por classe, gênero e etnia.

Em relação à Universidade Pública, em decorrência das crises e os desenvolvimentos ocorridos nas últimas décadas, foram lhe impostos novos desafios. Segundo Santos (2005), na última década, iniciaram-se alterações significativas nas relações entre conhecimento, e sociedade e essas alterações prometem ser profundas, ao ponto de transformarem para melhor as concepções existentes de conhecimento e de sociedade. É importante considerarmos que as universidades públicas, enquanto instituições sociais, diferenciam -se das organizações, por constituir-se espaço em que a participação deve conduzir todas as suas ações, com a finalidade de coprodução do bem público.

[...] a instituição tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa, enquanto a organização tem apenas a si como referência, num processo de competição com outras que fixaram os mesmos objetivos particulares (CHAUÍ, 2003, p.6).

Esta relação, entre participação do cidadão e a produção do bem público, caracteriza a coprodução dos serviços públicos. Salm e Menegasso (2010, p.3) definem coprodução como

Uma estratégia para a produção dos serviços públicos por meio do compartilhamento de responsabilidades e poder entre agentes públicos, agentes privados e cidadãos. Ela também pode ser compreendida como sinergia que estabelece na realização dos serviços públicos compartilhados entre governo e cidadãos que, obrigatoriamente, assim como o aparato administrativo do estado, interagem para a produção do serviço público.

De acordo com Santos (2005), a universidade precisa passar por reformas que tenham por objetivo responder às demandas sociais de democratização da universidade, transformando uma trajetória de exclusão de grupos sociais. Segundo Chauí (2003) é necessário tomar a universidade pública por uma nova perspectiva, tendo como princípio o fato de que o Estado não pode e não deve tomar a educação pelo prisma do gasto público, mas vê-la como um investimento social e político, e isso só será possível se a educação for considerada um direito e não um privilégio de alguns.

As primeiras iniciativas de ações afirmativas no âmbito do ensino superior brasileiro começaram a aparecer na década de 1980 com a criação de cursinhos universitários pré-vestibulares destinados a jovens negros e de baixa renda. Esses cursinhos contavam com o apoio da Igreja Católica, de alguns setores da sociedade civil e também do poder público.

De acordo com Moehlecke (2004), os programas de ação afirmativa que começaram a vigorar em algumas universidades brasileiras, surgiram articulados com os movimentos sociais que lutavam por maior igualdade e mecanismos mais justos no acesso a bens e serviços. No Brasil, o desafio vivenciado pela realidade social marcada pela desigualdade e o ideal democrático, vem exigindo que a universidade pública se abra à sociedade e com ela se responsabilize, cooperando para a obtenção da igualdade social. Neste sentido, as políticas de ações afirmativas têm sido implantadas nas universidades brasileiras, objetivando a inclusão de grupos historicamente excluídos.

5 METODOLOGIA

A classificação da pesquisa baseou-se na taxionomia de Vergara (2007), que a classifica em dois critérios básicos: quanto aos fins e quanto aos meios. Este estudo, quanto aos fins, caracterizou-se como uma pesquisa descritiva, ao expor as características de determinado fenômeno, neste caso, as ações desenvolvidas no Projeto Apoio Pedagógico. Estas ações têm como objetivo sanar alguns déficits criados pela defasagem de aprendizagem do ensino médio, oferecendo aos estudantes dos

cursos de graduação das primeiras fases, aulas focadas e correlacionadas aos conteúdos da graduação.

Quanto aos meios, a pesquisa foi bibliográfica, documental e estudo de caso. Bibliográfica, pois a fundamentação teórica e metodológica foram elaboradas e exemplificadas com base em estudo sistematizado na literatura existente. Segundo Gil (1994, p.71) a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Documental pois foram consultados documentos institucionais do Projeto Apoio Pedagógico, como por exemplo, relatórios, documentos e *site*. Caracterizou-se também como um estudo de caso, que teve como objetivo retratar a realidade de forma completa e profunda de uma unidade de pesquisa, no caso específico, o Projeto Apoio Pedagógico.

Os dados obtidos para atingir o objetivo desta pesquisa foram classificados em primários e secundários. Os dados considerados secundários foram aqueles obtidos em documentos institucionais do Projeto Apoio Pedagógico. Os dados primários são aqueles coletados com o propósito de atender as necessidades desta pesquisa. A entrevista semiestruturada foi o instrumento utilizado para viabilizar a coleta dos dados primários, junto à coordenadora pedagógica do projeto, além da observação direta da pesquisadora durante as atividades desenvolvidas.

Este estudo utilizou também tabulação de dados, com tabelas, para apresentação de informações quantificáveis. A análise dos dados obtidos na pesquisa objetivou a compreensão do contexto do trabalho desenvolvido pelo Projeto Apoio Pedagógico na UFSC, tendo por base o método interpretativista, baseado nos fundamentos teóricos estudados.

6 ANÁLISE DOS DADOS

O Programa de Ações Afirmativas, da UFSC foi aprovado pelo órgão máximo deliberativo da universidade, por meio da Resolução nº 008/CUn , de 10 de julho de 2007 (UFSC, 2007), indo ao encontro da missão da instituição, que é

Produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o

exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida (UFSC, 1978, p.04).

Estabeleceu-se que seriam destinadas 30% (trinta por cento) das vagas do vestibular, em cada curso, distribuídas da seguinte forma: 20% (vinte por cento) para candidatos que tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio em instituições públicas de ensino; 10% (dez por cento) para candidatos autodeclarados negros e 5 (cinco) vagas suplementares aos indígenas, sendo criada uma nova vaga anualmente até 2013 (UFSC, 2007).

As ações orientadoras do Programa de Ações Afirmativas são:

- I.Preparação para o acesso aos Cursos de Graduação da Universidade;
- II.Acesso aos cursos de graduação da Universidade;
- III.Acompanhamento e permanência do aluno na Universidade;
- IV.Acompanhamento da inserção sócio-profissional dos alunos egressos da Universidade;
- V.Ampliação de vagas nos cursos de graduação;
- VI.Criação de cursos de graduação noturno.

Embora as ações orientadoras do Programa de Ações Afirmativas representem um total de seis processos distintos, porém complementares, o objetivo proposto por este artigo está voltado à análise do acompanhamento e permanência do aluno na Universidade, especificamente no desenvolvimento do Projeto Apoio Pedagógico.

No decorrer do ano de 2008, com o ingresso dos primeiros estudantes do Programa de Ações Afirmativas da UFSC, a Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Programa de Ações Afirmativas iniciou uma articulação com a coordenação do Curso Pré-Vestibular da UFSC e a Direção do Departamento de Apoio Pedagógico da Pró-Reitoria de Graduação – PREG, com objetivo de discutir ações que possibilitassem o apoio aos estudantes oriundos de escolas públicas que apresentavam dificuldades no desempenho acadêmico. O projeto foi idealizado visando sanar os índices de evasão e conseqüentemente, as dificuldades apresentadas pelos estudantes em algumas disciplinas dos cursos de graduação, em virtude do déficit de disciplinas básicas do ensino médio, tais como língua portuguesa, matemática, física e química (UFSC, 2009).

De acordo com relatório anual do Projeto Apoio Pedagógico (UFSC, 2009), em 2008 foram abertas as primeiras turmas do Apoio Pedagógico com a participação na sua grande maioria de estudantes com trajetória em escola pública. A Comissão de Acompanhamento e Avaliação, no decorrer do ano de 2008, recebeu, por meio dos coordenadores dos cursos de graduação e dos próprios estudantes de graduação, várias manifestações da necessidade da continuidade e ampliação de turmas, visando o apoio pedagógico aos estudantes.

Em 2009 foi apresentada pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PAA uma proposta para a execução do projeto Apoio Pedagógico junto a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis- PRAE (UFSC, 2009), baseada nas orientações do Programa Nacional de Assistência Estudantil –PNAES (BRASIL, 2010), criado por meio do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que tem como objetivo viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscassem combater situações de repetência e evasão.

O PNAES, no seu Art. 3º (BRASIL, 2010), estabelece ações que devem ser implementadas de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior, sendo:

§1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

- I - moradia estudantil;
- II - alimentação;
- III - transporte;
- IV - atenção à saúde;
- V - inclusão digital;
- VI - cultura;
- VII - esporte;
- VIII - creche;
- IX - apoio pedagógico; e
- X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

A proposta foi aprovada pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE e as atividades do Apoio Pedagógico iniciaram no segundo semestre do mesmo ano, tendo como um de seus objetivos atingir os princípios de igualdade e sanar alguns

déficits criados pela defasagem de aprendizagem do ensino médio, oferecendo aos estudantes das primeiras fases aulas focadas e correlacionadas aos conteúdos da graduação.

Segundo Tomkelski (2010, p.124),

Oferecer a igualdade de oportunidade através de uma política de acesso amparada por ações que viabilizem a permanência e conclusão dos seus ingressos, na perspectiva da construção de uma sociedade mais justa e igualitária, exige uma política de Assistência Estudantil que garanta efetivamente que o estudante realize o percurso acadêmico.

No ano de 2009, o Apoio Pedagógico ofereceu 180 vagas para seis disciplinas no campus de Florianópolis. No primeiro semestre de 2010 foi ampliado para 210 vagas e no segundo semestre aumentou para 240 as vagas no campus de Florianópolis, 100 vagas para o campus de Araranguá e 80 vagas para o campus de Curitibaanos (UFSC, 2010).

A Tabela 01 apresenta o número de estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação da UFSC que se inscreveram para as disciplinas do Apoio Pedagógico de 2009.2 a 2012.2 (UFSC, 2011).

Tabela 1 Total de estudantes da graduação da UFSC inscritos nas disciplinas de Apoio Pedagógico.

ANO/SEMESTRE	ESTUDANTES INSCRITOS
2009.1	195
2010.1	338
2010.2	456
2011.1	671
2011.2	726

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os dados apresentados demonstram o aumento expressivo no número de estudantes inscritos no Projeto Apoio Pedagógico a cada ano. Pode-se observar na Tabela 02, o total de estudantes por identificação de trajetória escolar (UFSC,2011), cuja trajetória em escola pública foram os maiores frequentadores do projeto.

Tabela 02 Total de estudantes de graduação da UFSC por identificação de trajetória escolar

ANO/SEMESTRE	INSCRITOS	ESCOLA PÚBLICA	ESCOLA PARTICULAR	ESCOLA PART. COM BOLSA
---------------------	------------------	-----------------------	--------------------------	-------------------------------

2009.1	195	134	45	16
2010.1	338	231	79	28
2010.2	456	313	106	37
2011.1	671	423	188	60
2011.2	726	486	196	44

Fonte: Elaborado pelos autores.

Pode-se observar, pelos dados apresentados, que o Projeto Apoio Pedagógico atingiu seus objetivos, ou seja, atendeu estudantes egressos de escola pública, objetivando proporcionar suporte a esses estudantes diante de suas dificuldades para acompanhar as aulas do ensino superior devido à insuficiência do aprendizado do ensino médio.

A proposta do Projeto Apoio se insere no Programa de Ações Afirmativas da UFSC, contribuindo enquanto apoio acadêmico para a efetivação da permanência dos estudantes no ensino superior.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no histórico do Projeto Apoio Pedagógico desenvolvido na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, no período de 2009.1 a 2011.2, pode-se observar que a iniciativa partiu da preocupação da Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Programa de Ações Afirmativas em possibilitar que os estudantes, oriundos de escola pública, pudessem suprir algum déficit na aprendizagem das disciplinas do ensino médio, que seriam fundamentais para a sua trajetória acadêmica na UFSC. Tal preocupação foi baseada em dados obtidos no Relatório das Aprovações versus Reprovações, apresentado pelo Departamento de Administração Escolar da UFSC, em que foi constatado que as reprovações no período de 2008.1 e 2008.2 dos estudantes oriundos de escola pública em algumas disciplinas estavam diretamente relacionadas ao déficit no aprendizado no ensino médio.

De acordo com informações obtidas por meio de entrevista com a coordenadora pedagógica do Projeto, o mesmo possibilitou a estes estudantes, um espaço que resgatasse os conteúdos do ensino médio, identificando a sua importância no entendimento do conteúdo nas disciplinas do seu curso de graduação.

Aferiu-se também, que apesar de desenvolver basicamente atividades pedagógicas, o Projeto Apoio Pedagógico se preocupa com a promoção da cidadania, o empoderamento e a inclusão social dos estudantes, procurando desenvolver a autoconfiança de seus participantes, capacitando-os para novos papéis, enquanto atores sociais.

Importante também foi observar que o Projeto Apoio Pedagógico no seu desenvolvimento procura perceber através das pessoas envolvidas, como professores, estudantes e coordenadores de cursos de graduação, as suas demandas, opiniões e proposições, com objetivo de proceder as mudanças e as inclusões necessárias para a execução das atividades.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Maria Nalva Rodrigues. **As contradições e as possibilidades de construção de uma educação emancipatória no contexto da luta pela terra.** Tese de doutorado. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_o_bra=137132>. Acesso em: 24 ago. 2013.

BAVA, Silvio Caccia. **A Produção da Agenda Social Mundial: uma discussão sobre contextos e conceitos.** Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo: FGV, 2003.

BURIGO, D. C.C.; ESPÍNDOLA, M. C.; SOUZA. C. R S.; **Universidade: impacto social e o processo de desenvolvimento da educação inclusiva.** In: XIII COLOQUIO INTERNACIONAL DE GESTIÓN UNIVERSITARIA EN AMÉRICA DEL SUR. Buenos Aires.2013.

BRASIL, Decreto n 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso: 03 abr. 2013.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 24, p. 5-15, set-dez. 2003.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Políticas Inclusivas e Compensatórias na Educação Básica.** Cadernos de Pesquisa, v.35, jan./abr. 2005.

DEMO, P. **Participação e conquista.** 3 ed. São Paulo: Editora Cortez, 1996

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17 ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra.1987.

GIL, Antônio C. **Método e Técnicas de Pesquisa Social**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HABERMAS, Jürgen. **Três Modelos Normativos de Democracia**. In: HABERMAS, Jürgen. *A Inclusão do Outro. Estudos de Teoria Política*. São Paulo: Ed. Loyola, 2002, p. 269-284.

MOEHLECKE, Sabrina. **Ação Afirmativa: história e debates no Brasil**. Cadernos de Pesquisa, nº 117, novembro, 2002.

_____. **Ação Afirmativa no Ensino Superior: Entre a Excelência e a Justiça Social**. Educ. Soc., Campinas, vol 25 n. 88, p. 757-776, Especial – Out. 2004. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 08. abr. 2013.

SALM, J.F.; MENEGASSO, M.E. **Proposta de Modelos para a Coprodução do Bem Público a partir das Tipologias de Participação**. XXXIV Encontro da ANPAD. ANAIS. Rio de Janeiro, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós modernidade**. São Paulo: Cortez, 1997, p. 244.

_____. **A universidade no século XXI: Por uma reforma democrática emancipatória da universidade**. Educação, Sociedade & Culturas, N. 23, 137-202, 2005.

SASSAKI, Romeu K. S. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA Editora e Distribuidora Ltda, 1997.

SCHIAVO, Márcio R. e MOREIRA. Eliesio N. **Glossário Social**. Rio de Janeiro: Comunicante. 2005.

RESOLUÇÃO NORMATIVA N 008/CUN, de julho de 2007. Cria o “Programa de Ações Afirmativas” da Universidade Federal de Santa Catarina”. Disponível em : [HTTP://www.acoes-afirmativas.ufsc.br](http://www.acoes-afirmativas.ufsc.br). Acesso : 20 abr. 2013.

RICHARSON, Roberto Jarry (org). **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ª Edição revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 1999.

RUAS, Maria G. **Módulo I: O Estado, Governo e Administração Pública**. Disponível em: http://www.sefaz.ce.gov.br/content/aplicacao/internet/programas_campanhas/estado-governo-adm%20publicamariagra%C3%A7asruas.pdf. Acesso em: 27 out. 2012.

SAYAGO, Doris. **Os Novos Protagonistas e as Novas Lideranças da Gestão Social Participativa**. In: CANÇADO, Airton Cardoso (Org.); TENÓRIO, Fernando G. (Org.);

SILVA JR, J. T. (Org.). **Gestão social: aspectos teóricos e aplicações**. 1. ed. Ijuí: Editora UNIJUI, 2012.

SILVA, Vini Rabassa da. **O significado da cidadania no Serviço Social**. Sociedade em Debate, Pelotas, 5(2): 59-80, agosto/1999

TENÓRIO, Fernando G.; MARQUES FILHO, Humberto. **Cidadania deliberativa: um estudo de caso**. In: VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 2002, p. 8-11.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **(Re)visitando o conceito de gestão social**. In: SILVA JÚNIOR, Jeová Torres; MASHI, Rogério Teixeira. *Gestão social: práticas em debate, teorias em construção*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

TENÓRIO, Fernando G. (Org.). **Cidadania e desenvolvimento local: critérios e análise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

TOMKELSKI, Daniela Carla. **O Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Santa Catarina: Um panorama de sua implementação no período de 2008 a 2010**. Florianópolis. 2010, p. 124.

TRIVIÑOS, Augusto, N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UFSC, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Estatuto, aprovado pelo Conselho Universitário em 03 de novembro de 1978**. Disponível em http://www.ufsc.br/paginas/downloads/EstatutoUFSC_062008.pdf>. Acesso em: 15 mar.2013.

_____. **Apoio Pedagógico**.Relatório.Florianópolis, 2009. Relatório. Impresso.

_____. **Apoio Pedagógico**.Relatório.Florianópolis, 2010. Relatório. Impresso.

_____. **Apoio Pedagógico**.Relatório.Florianópolis, 2011. Relatório. Impresso.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.